A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

O AMIGO DO POVO

Preço: R$1,00

Jornal das Lutas Populares e da Revolução Social

ANO IV | Nº 14 | oamigodopovo@inventati.org | www.oamigodopovo.noblogs.org | Brasil, Ago/Set/Out de 2025

Conjuntura

O imperialismo, a crise brasileira e a farsa do país “democrático e soberano”

Comunicado nº 5 do Grupo Libertação Popular, Agosto de 2025.

Aos militantes do movimento sindical, estudantil, operário e camponês; A juventude, as mulheres, ao povo oprimido, negro e indígena; Aos sinceros lutadores do povo, em partidos, sindicatos, cooperativas e demais entidades; Ao bravo povo brasileiro de forma geral.

A chantagem tarifária de Trump ao Brasil (e a dezenas de outros países) se vincula a dois fatores da conjuntura nacional: 1º) a prisão de Bolsonaro e o acirramento das disputas no interior do Estado burguês; 2º) o aprofundamento da crise social, da superexploração e da dependência brasileira. Até agora a “guerra comercial” foi favorável a popularidade do governo burguês de Lula-Alckmin. O Lulismo encontrou uma nova bandeira, a defesa da “soberania nacional”, e a chance de vinculá-la contra o Bolsonarismo. A partir dessas ideologias o governo tem agido para representar os interesses da burguesia brasileira (agrária, industrial, mineradora, etc.) frente ao tarifaço e a crise política interna, aumentando a coesão burguesa e a “frente ampla”.

Por outro lado, ao apoiar e ser apoiada abertamente pelo imperialismo dos EUA, a política Bolsonarista expõe o seu caráter entreguista de submissão nacional e renova o enfrentamento contra os poderes da república burguesa, em especial ao Governo e ao STF. Age em nome de seus próprios interesses eleitorais, de frações burguesas e da estratégia da extrema direita latino-americana de submissão total aos EUA frente às disputas com a China. Apesar da prisão de Bolsonaro e da diminuição da capacidade de mobilização do bolsonarismo, tudo indica que seguirá sendo uma força importante na direita, pautando a polarização com o Lulismo.

As rusgas no interior do Estado burguês envolvendo o governo Lula, o tarifaço, a oposição bolsonarista, o STF, etc. são expressões dos interesses de diferentes setores das classes dominantes. Enquanto isso, o trabalhador brasileiro segue comendo o pão que o diabo amassou, sem nenhuma alternativa visível para o aprofundamento da superexploração, a rapina e destruição da natureza (com a expansão da fronteira agrícola e mineral), a precarização das condições de vida (saúde, moradia, transporte, etc.) e a violência contra o povo. Lulismo e Bolsonarismo, EUA e China, disputam o suor, o sangue e as riquezas do povo brasileiro.

O “plebiscito popular” e a impotência das burocracias sindicais e partidárias

Com a queda de popularidade do governo Lula no 1º semestre, e reagindo à disputas entre o Executivo e o Congresso, as burocracias sindicais e partidárias (Frente Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular) iniciaram em julho um Plebiscito contra o Congresso, pela taxação dos super-ricos e contra a escala 6×1. Apesar da bandeira histórica de redução da jornada, o Plebiscito (e algumas ações de rua e agitação virtual) se demonstrou uma farsa, um *lobby* parlamentar e eleitoreiro, e, por isso mesmo, desvinculado das bases trabalhadoras.

Com o ataque comercial de Trump e as ações bolsonaristas, os lulistas mudaram subitamente as bandeiras, saíram as ruas em defesa das exportações dos “super-ricos” para os EUA (em nome da soberania nacional), e, com o bloqueio da mesa da Câmara por deputados bolsonaristas, chamaram um ato no dia 06 de agosto “O Congresso é do povo” (sic!). O certo é que o discurso de “pobres contra ricos” não passou de charlatanismo com os olhos em 2026. Todos os atos da esquerda no último mês demonstraram a sua impotência e incapacidade de mobilização.

Continua na próxima pág.

Questão Ambiental

Em Padre Bernardo (GO), o lixão Ouro Verde desmoronou causando uma das maiores tragédias ambientais da nossa história. Além disso, no Brasil os catadores de materiais recicláveis lutam pelo pagamento dos Serviços Ambientais.

PÁGINAS 3 E 5

Genocídio em Gaza

Desde 2023 o Estado sionista de Israel (patrocinado pelos EUA) já assassinou mais de 60 mil palestinos em Gaza. Mas o que a classe trabalhadora pode fazer para lutar contra a guerra? É suficiente os métodos de pressão já utilizados?

PÁGINA 6

Apoio Mútuo

Com o povo jogado na miséria, com a esquerda institucional mergulhada em disputas eleitorais e dogmatismos acadêmicos, o retorno ao apoio mútuo não é uma nostalgia, mas uma necessidade para a sobrevivência das massas populares.

PÁGINAS 8

Pior que isso, as Centrais lideram hoje a capitulação à burguesia brasileira. No dia 16 de julho as burocracias sindicais (CUT, CTB, Força Sindical, UGT, CSB e NCST) apresentaram, em reunião conjunta com o Governo Lula e empresários exportadores, o documento "Propostas das Centrais Sindicais diante da Guerra Comercial: Soberania, Emprego e Desenvolvimento" e selaram um pacto de capitulação em prol do desenvolvimento capitalista nacional, para salvar os patrões. Assim, o contexto de emergência comercial e as ações bolsonaristas melhoram a popularidade de Lula e o livram ainda mais de qualquer responsabilidade com "plebiscito" ou medidas "sociais", com a total anuência das Centrais.

O imperialismo dos EUA e o social-entreguismo do governo Lula

Como disso Lênin, "o imperialismo é a fase superior do capitalismo". Não é fruto da ação conjuntural de um governo X ou Y, é essencialmente um sistema de exportação de capitais dos países do centro para a periferia. Na origem da exportação de capitais está a necessidade de aumentar a taxa de lucro através da superexploração do trabalho e apropriação de recurso naturais nas periferias. O desenvolvimento do capitalismo levou a formação dos grandes bancos e empresas e sua representação pelos Estados nacionais, concentrando o capital e centralizando o poder em escala mundial. A concorrência entre as burguesias imperiais levou às Guerras Mundiais no século XX.

O que acontece hoje na América Latina e no Brasil é um acirramento da concorrência imperialista entre EUA e China. A dominação imperialista da região tem no Brasil um país estratégico. Apesar de sua submissão inconteste aos EUA, a política do governo Lula em relação ao BRICS, a defesa da desdolarização, a expectativa de construção da ferrovia bioceânica, a presença do capital chinês na economia brasileira e latino-americana é uma grande preocupação do imperialismo estadunidense.

Mas a existência de um entreguista aberto e suicida não dignifica o lulismo. O governo Lula, apesar de "resistir" à ingerência de Trump na esfera jurídico-política (como uma necessidade vital de estratégia eleitoral), cede e concilia de mil maneiras no nível comercial e econômico (big techs, terras raras, etc.), se apoiando nos

Foto: Reunião entre Centrais, empresários e governo.

interesses de uma burguesia brasileira dependente e associada ao imperialismo, e com o apoio das burocracias sindicais. O discurso hipócrita de "soberania nacional" do Lulismo e seus asseclas em nenhum momento toca nas bases fundamentais da Dependência: a superexploração do trabalho e a rapina de recursos naturais (como o petróleo, minérios, terras, etc.) pelas empresas multinacionais, aprofundadas pelas privatizações, ajustes fiscais e demais políticas neoliberais levadas a cabo por todos os últimos governos, de direita e de esquerda.

Durante a I Guerra Mundial, a capitulação dos partidos social-democratas europeus ao "social-chauvinismo", ou seja, à política de apoiar seus Estados e burguesias imperialistas em nome da "soberania nacional", levou a destruição da II Internacional. Naquele período, a política revolucionária de independência de classe, defendida por uma oposição revolucionária de comunistas e anarquistas, ganhou as massas e saiu vitoriosa com a revolução russa. Hoje no Brasil a degeneração política do Lulismo e das burocracias sindicais é, na forma e no conteúdo, um Social-entreguismo! Em nome da ideologia de "soberania nacional" o governo Lula acelera na prática os principais mecanismos da Dependência e da exploração contra o povo brasileiro.

Prisão de Bolsonaro e possível *impeachment* de Moraes, e daí?

Na crise interna, duas hienas da política nacional estão ameaçadas: o ex-presidente Jair Bolsonaro, já condenado a prisão domiciliar, e o ministro Alexandre de Moraes, ameaçado com um possível processo de *impeachment* pela oposição bolsonarista. Apesar de serem tratados como heróis por cada extremo da política burguesa, ambos merecem o profundo desprezo das massas, como inimigos do povo que são.

Frente aos grandes desafios do nosso povo, tais disputas são uma "cortina de fumaça" para requentar a polarização entre Lulismo x Bolsonarismo. Elas não garantem em nada que o futuro será "menos pior". Assim, a crise política que se aprofunda não deve levar os trabalhadores e os militantes classistas a atuarem como torcida. A crise entre os poderosos é muito bem vinda, mas apenas se for usado pelas organizações e militantes classistas para reforçar e radicalizar as suas próprias lutas e reivindicações populares.

Uma via classista e combativa para as lutas do povo brasileiro

É preciso romper com as ilusões de Lulistas e Bolsonaristas. São arapucas para a manutenção da velha ordem que explora e oprime o nosso povo. A construção de uma Nação autônoma, igualitária, com uma vida digna e livre para todos, que é o verdadeiro ideal e anseio do povo brasileiro, só será alcançada por uma Revolução Social, ou seja, por um movimento insurrecional das massas populares que destrua todas as formas de exploração e opressão do Sistema Capitalista e Imperialista. A luta será dura para derrotar as Classes Dominantes nacionais e estrangeiras. Mas não existe atalho. O "jeitinho" dos Oportunistas e covardes nós já sabemos aonde leva. A tomada do Poder pelo povo trabalhador e a construção do Socialismo no Brasil abrirão uma nova era para a nossa Nação e para as lutas de libertação em todo o mundo.

Mas essa Revolução é o objetivo final, consciente, de uma luta que já começou. As lutas do povo brasileiro para melhorar sua vida, das mais pequenas até as maiores, com greves, revoltas, ocupações, redes de apoio, etc. são a semente, o embrião, desse Ideal sagrado de libertação e revolução. Mas para o embrião se desenvolver, para a semente brotar e crescer, as lutas e organizações populares precisam ter independência das classes dominantes (nacionais ou estrangeiras), ou seja, não podem servir de massa de manobra nas disputas políticas e comerciais dessas classes. Por isso os revolucionários são como parteiras, ou jardineiros, da Libertação Popular.

Hoje, diante da crise brasileira, os revolucionários e lutadores do povo devem lutar ferreamente para os trabalhadores e suas organizações não servirem, sob o pretexto de defender a "democracia" ou a "soberania" em abstrato, de bucha de canhão aos interesses burgueses, de lucros e votos. Mas é necessário uma linha de ação concreta. Em oposição aos "planos de emergência" das classes dominantes, prepararemos desde as bases um verdadeiro plano de emergência popular e proletário. **Diante do tarifaço de Trump e da ofensiva imperialista afirmamos:** Que os patrões paguem pela crise! Combater toda e qualquer negociação de nossas riquezas nacionais; lutar contra demissões ou flexibilização de direitos; nenhum dinheiro público às empresas afetadas; nenhum aumento de preços; pela construção de comitês de apoio aos trabalhadores atingidos; Por uma política classista e internacionalista: todo apoio a luta das massas trabalhadoras dos EUA, América Latina e de todo o mundo contra o imperialismo e suas burguesia nacionais! **Diante da polarização entre Lulismo e Bolsonarismo:** nenhum apoio a qualquer bloco burguês; impulsionar a ação direta e a organização das massas pelas suas reivindicações materiais (terra, trabalho, salário, saúde, paz, etc.) e contra as políticas neoliberais e repressivas de caráter nacional. ■

Que os patrões paguem pela crise!
Nenhum direito a menos!
Avante a ação direta por terra, trabalho, paz e por uma vida digna!
Morte ao imperialismo, ao latifúndio e ao capital!

Crime ambiental em Padre Bernardo (GO) e o silêncio cúmplice

Aurora

Foto: Desabamento do lixão em Padre Bernardo.

Foto: Protesto por saneamento básico e contra desabamento.

No dia 18/06 Padre Bernardo, entorno do Distrito Federal, vivenciou uma das maiores tragédias ambientais da nossa história, o lixão Ouro Verde desmoronou. O desabamento deslocou toneladas de lixo que desceram para os rios, atingindo o Córrego Santa Bárbara e o Rio do Sal e chegando até o Rio Maranhão, a 50km do local do desmoronamento. O chorume despejado nos rios é altamente prejudicial a saúde, mata a fauna, causa prejuízos a flora, além de pôr em risco a vida dos moradores das região vizinhas.

Os pequenos agricultores da região estão privados do acesso à água dos rios, que era utilizada para abastecimento interno, para irrigação e até para a manutenção dos tanques de piscicultura, o que tem afetado a produção local e consequentemente o sustento dessa população. Os moradores fizeram protestos denunciando a falta de ação efetiva e rápida por parte da empresa e do governo, denunciam o odor forte, a proliferação de moscas e a preocupação com o abastecimento de água.

A tragédia era anunciada, segundo o Ministério Publico de Federal e o MP de Goiás o aterro privado funcionava apenas em decorrência de liminares concedidas pelo TRF. O lixão, localizado em área de preservação ambiental, não contava com licença ambiental.

Com a chegada da seca a situação tende a piorar, já em 25/07 houve princípios de incêndio na região, o que causa preocupação visto que o material derramado é altamente tóxico e pode contribuir para a proliferação do fogo. A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (SEMAD-GO) denunciou a inércia da empresa em resolver a situação, que apresentou um plano de trabalho sem viabilidade e sem um responsável técnico para sua implementação.

Diante desse quadro alarmante pouca atenção tem sido dada a situação. O Distrito Federal, que fornecia importantes "clientes" para o lixão ilegal (mais de 250 empresas enviavam resíduos para local, por orientação do SLU!) não foi impactado diretamente, o abastecimento de água segue normal e os demais malefícios da tragédia estão longe dos olhos, talvez por isso não haja uma comoção por parte das ONGs e órgãos ambientais da capital. Nenhum protesto em solidariedade marcado, nem ao menos notas foram redigidas. Enquanto no DF a normalidade permanece o Entorno segue sendo zona de sacrifício, sofrendo sem ter a sua voz ouvida. ***Não nos calemos diante dessa tragédia, dessa injustiça. Toda solidariedade aos atingidos pelo desmoronamento do lixão!*** ■

Realidade brasileira

563 operários escravizados em Mato Grosso: anomalia do capitalismo brasileiro?

Antônio Galego

Ao menos 563 operários foram resgatados em condições análogas à escravidão em uma obra da TAO Construtora, em Porto Alegre do Norte (MT). A situação foi descoberta após os trabalhadores incendiarem alojamentos em protesto contra superlotação, falta de água e energia elétrica. A ação envolveu MTE, MPT e PF, revelando um cenário de servidão por dívida, tráfico de pessoas, jornadas exaustivas e alojamentos degradantes.

Os operários foram aliciados em estados do Norte e Nordeste com falsas promessas e endividados pela própria empresa. Com jornadas exaustivas e sem pagamento (e registro) adequado de horas extras, chegavam a trabalhar 90 dias seguidos sem folga, das 5h30 às 21h. Não havia equipamento de proteção individual, acidentes não estavam sendo registrados. Nos alojamentos, havia quartos minúsculos sem ventilação, sem água e luz, colchões velhos e comida estragada.

A TAO, sediada em Sorriso (MT), mantém quatro grandes obras no estado e é ligada ao agronegócio. A obra em questão era de uma usina de etanol e estava sendo realizada para a Três Tentos Agroindustrial. Contava com o investimento do BNDES e de recursos públicos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, o chamado Fundo Clima. Vinculado ao MMA, o fundo foi criado para apoiar empreendimentos que promovam a redução dos efeitos das mudanças climáticas.

É sintomático que uma obra com 563 operários escravizados conte com apoio do Estado e verbas públicas para fins de "mudança climática". São as contradições intrínsecas de um desenvolvimento capitalista dependente, baseado na superexploração, mas com verniz "progressista". Após o regate, a TAO negocia com o MPT um Termo de Ajuste de Conduta envolvendo pagamentos irrisórios de direitos negados, suspensão dos recursos do BNDES, nenhuma punição real aos empresários.

Casos como esse se multiplicam no compasso do "desenvolvimento". Em 2024, o maior número de resgates foi em construções de edifícios. Na história recente, o pico de resgates no setor aconteceu em 2013, quando o país realizou um grande investimento em obras para a Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016) e também no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Não estamos diante de uma "anomalia" do sistema, ou "resquícios" do passado, mas da mais moderna superexploração do trabalho na periferia do sistema mundial capitalista. Para ampliar suas taxas de lucro, as burguesias (nacional e entrangeira) repassam a conta para os trabalhadores através de baixos salários, jornadas exaustivas, informalidade, péssimas condições, opressão patronal, chegando aos casos mais extremos da servidão e escravidão. De fato, a superexploração é a regra no mercado de trabalho e segue avançando por todos os poros do sistema, se "reinventando". As reformas neoliberais, as privatizações, o arcabouço fiscal e os incentivos públicos ao capital (agrário, industrial, etc.) só reforçam o inferno vivido pelas massas populares em nosso país. ■

Greve dos professores do DF:
diretoria do SINPRO trai vergonhosamente a categoria

Maradona

Na Assembleia Geral do último 27/05, os professores e orientadores do Distrito Federal aprovaram uma greve que durou 23 dias, do dia 2 ao dia 25/06. Mas este não foi o início do movimento grevista, que começou muito antes, tendo como marco inicial a aprovação, após pressão da categoria na assembleia do dia 27/03, do "estado de greve", termo abstrato utilizado pela burocracia sindical (PT e PCdoB) para enganar a base, retardando o início da greve e dando mais tempo (e, portanto, vantagem) ao GDF.

Desde o início do ano, a Alternativa, oposição sindical da qual participa o Grupo Libertacão Popular (GLP), vinha agitando as bases e lançando comunicados com o intuito de construir uma greve na categoria, devido à precarização dos salários, corroídos pela inflação, e pela situação laboral dos professores do DF. Os diversos problemas enfrentados pelos educadores da capital federal se aprofundam a cada ano: estrutura , material, contratação temporária, entre outros. Muitos projetos mas escolas só existem porque fazemos "vaquinha".

A burocracia sindical vinha iludindo a categoria com uma ilusao de reestruturação da carreira (redução de 25 para 15 padrões, dobra dos percentuais de titulação e aumento salarial de 19,8%). As reuniões à portas fechadas com o GDF não surtiram nenhum resultado. Ficaram acuados: entre a pressão da oposição e a negativa do governo, tiveram que defender a greve e utilizar isso como propaganda eleitoral para as eleições sindicais que ocorreram nos dias 28 e 29/05, sendo a greve aprovada em uma assembleia um dia antes das eleições, no dia 27/05. Quiseram posar de "lutadores" para não perder a eleição, mas o tiro saiu pela culatra.

A greve começou com uma multa milionária diária imposta ao SINPRO-DF pelo governo Ibaneis-Celina (MDB-PP) e contou com a postura debochada da atual secretária Hélvia Paranaguá (que viajou no decorrer da greve) e do autoritarismo de Ibaneis, que queria ver "até quando eles vão aguentar", referindo-se ao corte de ponto. Enquanto a multa ainda vigorava, o sindicato fez um ato "simbólico" no auditório de sua sede, com diversos sindicatos e movimentos manifestando apoio. Nada mais ilusório. Como "a prática é o critério da verdade", esse ato foi na verdade um grande teatro, pois dali nada se materializou.

Nas assembleias gerais e regionais, insistimos: maioria da base no Comando de Greve e na Mesa de Negociação. Mesma coisa de falar com a parede. Defendemos insistentemente a atuação conjunta com outras categorias, o que acabou acontecendo com o SindEnfermeiro (carro de som, praça, tenda, muito discurso e pouca ação). O ato chamado pela CUT-DF no dia 23/06, na verdade era um "faixaço": sem estrutura, transporte ou mobilização das categorias. O presidente da CUT-DF levou uma caixa de som e subiu em um dos bancos da Praça do Buriti para fazê-lo de palanque sindical. Ridículo.

As duas ações na sede da SEEDF, que fica dentro do Shopping ID, foram impulsionadas e mantidas pela Oposição Alternativa. Na primeira oportunidade, a burocracia sindical "avisou" que tinha subido uma "comissão de negociação" para conversar com o "vice-sub-adjunto-não-sei-o-que-lá", desmobilizando a ação. Nenhum resultado. Durante a segunda ação direta da categoria, muito spray de pimenta e até mesmo Tropa de Choque da PM dentro do Shopping, o que gerou comoção popular, mas não passou disso. A ação direta da classe trabalhadora foi e é fundamental, por todos os meios necessários, e não deve ser criminalizada como o fazem os neoliberais vestidos de vermelho-pastel temerosos de serem igualados aos "terroristas" do 8 de Janeiro, como afirmaram repetidas vezes durante a greve. A ação direta combativa é método da classe trabalhadora!

Com as palavras de ordem "GREVE ATÉ A VITÓRIA", conseguimos reverter a decisão do Comando de Greve, dominado pela burocracia sindical, de encerra-la logo no início, sem nenhuma proposta concreta, no dia 05/06. Ocupamos a Avenida N1 do Plano Piloto, em frente ao Palácio do Buriti, à revelia da direção que atuou como para-choque entre a categoria e a PMDF. A verdade é que todas as cenas de luta dessa greve estão na conta da Alternativa. As mais bonitas imagens da categoria ocupando as ruas e o Shopping ID, são fruto da oposição sindical, com forte atuação do GLP. Encerrada no dia 25/06, de forma autoritária através de um golpe, onde havia nítida vitória pela continuidade da greve, a burocracia sindical foi rechaçada pela categoria e chegou a chamar a polícia para reprimir os professores indignados.

Esse é o *modus operandi* deles: o *cretinismo sindical*, que é uma extensão do *cretinismo parlamentar*. Sua "claque" é adepta de uma espécie de *teologismo sindical*: "manda que eu obedeço". O maior exemplo disso foi a atuação de Chico Vigilante (PT), que no dia 17/06, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, durante "obstrução" das pautas do governo na CLDF, afirmou que o governador havia ligado para informar que "está disposto a negociar tudo". O resultado a gente já sabe qual foi. A "Bancada da Educação" se mostrou tão útil como um prego quente na manteiga. Mesmo assim, essa ilusão ainda persiste na categoria, como nos mostra as tentativas de "trampolim eleitoral" que surgiram no decorrer da greve.

Como se não fosse suficiente, a burocracia sindical entrou com um Boletim de Ocorrência contra os professores que proferiam as mais belas palavras em seus eventos virtuais e redes sociais. Utilizaram *fake news* e muito vitimismo na tentativa de limpar sua imagem, o que não conseguiram. Seguimos. ■

Por Justiça Climática! Pela Construção de uma Jornada de Luta pelo Pagamento dos Serviços Ambientais aos Catadores!

Jiren D.

A crise climática é filha legítima do capitalismo. É esse sistema que lucra com a devastação das florestas, com o envenenamento das águas, com a fumaça das indústrias. Mas quem sofre com as enchentes, com as queimadas, com o calor nas periferias sem verde e sem água, são os pobres. São os trabalhadores e, entre eles, os catadores e catadoras — povo que vive nas margens, mas que carrega nos ombros a verdadeira luta pela sustentabilidade.

Enquanto os ricos se protegem com ar-condicionado, casas seguras e planos de saúde, os pobres morrem nas enchentes, respiram o ar envenenado e vivem cercados de lixo.

Foto: Manifestação do MNCR por valorização dos catadores e catadoras.

Há séculos os catadores fazem o trabalho que o Estado burguês nunca fez. Hoje, 90% da reciclagem no Brasil passa pelas mãos calejadas dos catadores e catadoras. Mesmo assim, são tratados como invisíveis, sem salário digno, sem direitos garantidos, vivendo daquilo que resgatam do lixo — e não do reconhecimento que merecem por seu serviço ambiental essencial.

No Brasil do governo burguês de Lula-Alckmin (PT-PSB), bilhões são entregues ao agronegócio e à mineração predatória. A falsa promessa de um governo "popular" desmorona diante de políticas que favorecem a máfia do lixo (as grandes empresas da reciclagem) e os ricos, como foi com o Decreto da Fome — que só foi revogado quando houve pressão direta dos movimentos socias, como do MNCR. Outro exemplo é a pauta histórica do pagamento pelos serviços ambientais dos catadores, que nunca entrou na pauta do governo, o que mostra como o governo Lula governa para os ricos.

Por isso, chamamos à construção de uma **Jornada Nacional de Luta pelo Pagamento dos Serviços Ambientais dos Catadores!**

Não podemos esperar nada dos gabinetes e das promessas dos políticos. Só a ação direta e a organização das bases podem arrancar conquistas. É preciso que o MNCR retome suas raízes, que vá a base, que realize assembleias nas ruas e galpões, que fortaleça as cooperativas existentes e organize os catadores e catadoras de rua.

As pautas são claras e urgentes:

- Pagamento Federal por Serviços Ambientais (inclusão no PPA);
- Investimento em infraestrutura e capacitação das cooperativas;
- Fim da bitributação dos materiais recicláveis;
- Criação do Programa Nacional da Reciclagem Popular – Pronarep;
- Inclusão dos catadores no censo e acesso à rede de proteção básica;
- Fechamento dos lixões com inclusão social dos catadores;
- Regulação do mercado para que o reciclável valha mais do que a matéria-prima virgem. ■

Catador, catadora, trabalhador e trabalhadora! É hora de ir ao povo, organizar de baixo pra cima, com ação direta e independência!
A terra está queimando e o Estado não vai apagar o fogo!
Só o povo salva o povo - e só a luta muda a vida!

Nasce no Distrito Federal o Coletivo de Apoio Técnico aos Movimentos Populares!

Coletivo de Apoio aos Movimentos Populares - DF

O Grupo Libertação Popular cria no Distrito Federal o Coletivo de Apoio Técnico aos Movimentos Populares. A iniciativa soma com os esforços do grupo na consolidação da frentes popular em que o grupo atua em conjunto ao Movimento de Resistência Popular (MRP/CSP-Conlutas) e a comunidade do Sol Nascente, considerada uma das maiores favelas do país.

O coletivo é formado por trabalhadores e estudantes que tem por objetivo fortalecer movimentos populares de luta, contribuindo com apoio técnico, formação política, ação direta e na defesa intransigente dos direitos do povo trabalhador.

Diante da crescente perseguição aos movimentos populares organizados, o coletivo surge compromissado com a construção do poder popular auto-organizado e sob os princípios do anti-eleitoralismo e da independência de classe.

Se você deseja conhecer mais sobre o coletivo e juntar-se a ele, envie-nos um e-mail para: coletivopopulardf@inventati.org. ■

Foto: Ação de solidariedade do Grupo Libertação Popular junto ao acampamento Renascer do MRP , na área rural do Sol Nascente (DF) em 2024.

Trabalhar não é crime!

A Luta dos Ambulantes em Goiânia: O Trabalho Criminalizado e a Urgência da União Popular

Pró-frente de ambulantes e trabalhadores de comercio de rua de Goiânia

A cidade de Goiânia, como tantas outras do Brasil, reflete as feridas abertas pela engrenagem neoliberal. Empurrados para fora das fábricas e do comércio formal, milhares de trabalhadores e trabalhadoras buscam na rua seu sustento: seja vendendo pão de queijo, roupas ou artesanato. Segundo o IBGE, mais de 40% da força de trabalho brasileira já está na informalidade, fruto direto da precarização promovida pelos governos a serviço do grande capital.

O sistema chama esses trabalhadores de "empreendedores". Mas que tipo de empreendedorismo é esse que enfrenta todos os dias o desprezo do poder público, a repressão policial e o isolamento social? Em vez de apoio, encontram cassetetes, multas, apreensão de mercadorias e a invisibilidade.

Em Goiânia, a gestão de Sandro Mabel, do União Brasil, empresário da FIEG, expõe com clareza essa política de exclusão. Ambulantes estão sendo expulsos de áreas como a Região da 44 — polo têxtil popular —, do entorno do Zoológico e de praças públicas, onde tentam sobreviver. A ordem é limpar a cidade dos pobres para agradar aos grandes lojistas e empresários.

Sem ter para onde ir, muitos ambulantes buscam refúgio em feiras e eventos. Mas aí enfrentam outro drama: a divisão entre trabalhadores. Feirantes, também oprimidos por taxas abusivas e pela negligência do poder público, veem os ambulantes como inimigos. Quando, na verdade, o inimigo é outro: o Estado a serviço do capital.

A luta por banheiros, estacionamento, carga e descarga, e licenças mais justas é a mesma luta. Ambulantes e feirantes precisam compreender que só unidos podem construir uma rede de apoio mútuo, uma frente comum pela dignidade no trabalho.

O Grupo Libertação popular defende a formação de uma frente de ambulantes e trabalhadores de comércio de rua. Não para pedir esmolas aos governos, mas para exigir, na ação direta e na solidariedade, o direito básico: trabalhar sem perseguição para sustentar sua família.

Que ninguém se engane: enquanto estivermos divididos, o grande capital e seus gestores seguirão vencendo. Só a união dos de baixo pode garantir liberdade, pão e dignidade. ■

Palestina livre

O proletariado internacional e o genocídio em Gaza

Antonio Galego

Desde outubro de 2023 o Estado sionista de Israel (patrocinado pelos EUA) já assassinou mais de 60 mil palestinos em Gaza, com bombardeios, tiros, estupros, torturas, e crescem as mortes por inanição. Porém, segundo um relatório da *Harvard Dataverse* de junho de 2025, pelo menos 377 mil pessoas foram "desaparecidas". Ou seja, o número de mortos pode ser várias vezes maior do que o oficial.

A cumplicidade das classes dominantes, no mundo e no Brasil

Os Estados e classes dominantes no mundo, para além de simbolismos "humanitários" (com doses de *marketing*) incapazes em parar a máquina diabólica nazi-sionista, mantém uma postura cúmplice ou auxiliar do genocídio que nunca deve ser esquecida. O Brasil, através do governo de Lula, é um caso exemplar.

Em 2024, Lula denunciou o genocídio em Gaza. No entanto, o Brasil segue normalmente as relações econômicas, militares e diplomáticas com o regime genocida. O Brasil é hoje o 12º maior parceiro comercial de Israel e o 2º maior do continente americano, atrás apenas dos EUA. O petróleo é o principal produto exportado, representando 30%. Além disso, importamos diversos produtos de Israel: agrotóxicos, aviões, armas, etc. Tudo isso é um alimento para a máquina de guerra que mata em Gaza.

Ação direta proletária, a mais eficaz arma contra a guerra

Ações contra a guerra têm ocorrido no mundo inteiro. Passeatas, boicotes, propaganda nas ruas, acampamentos estudantis, ajuda humanitária. Apesar de sua importância, a maioria delas têm a limitação de ficar no campo simbólico, de conscientização e de pressão *indireta* para os governos fazerem algo, romperem com Israel, etc. No Brasil, com a inalteração da política oportunista de Lula tais ações demonstram suas tristes limitações. Para dar um passo a frente é preciso voltar à luta de classes.

Apesar de produzir toda a riqueza e, portanto, ter o poder de pará-la, o proletariado tem tido pouco protagonismo na luta a partir de seu terreno (locais de produção e circulação de mercadorias) e de seus próprios métodos de ação. Mas isso está mudando. Cresce nos últimos meses a ação direta proletária anti-sionista pelo mundo. Em setembro de 2024, organizações sindicais (especialmente a CGT) convocaram uma greve nacional em solidariedade ao povo palestino. No dia 6 de junho de 2025, trabalhadores portuários franceses se recusaram a carregar um navio com munição para Israel. Em julho, portuários gregos também recusaram-se. Na Itália, portuários impediram no início de agosto o carregamento de navios para o genocídio.

Algumas dessas iniciativas estão organizadas pela recém-criada Coordenação Internacional de Estivadores, sob o lema: "abaixem as armas, aumentem os salários!". Estivadores da Grécia, Itália, França, Turquia e Marrocos compõem a rede, com atuação estratégica no Mar Mediterrâneo e com a eficácia de parar a logística de guerra pela ação direta. É o internacionalismo proletário em ação, uma faísca de esperança em meio a crise internacional do proletariado e do socialismo revolucionário.

No Brasil, as burocracias sindicais mantém uma política similar ao governo, de condenação simbólica da guerra, de críticas abstratas ao imperialismo. Não mobilizam pras ruas nem pra greves, se restringem às notas de repúdio. Isso mostra a ligação entre diferentes tarefas: 1) reorganização nacional dos trabalhadores, varrendo as burocracias lulistas; 2) política classista e internacionalista baseada na ação direta proletária; 3) Organização de vanguarda classista e sua inserção nos setores estratégicos do proletariado. Isso será vital, não apenas pra enfrentar essa guerra, mas as próximas que virão. ■

Política revolucionária

Centralismo de Palco, Camarada

Pedro P. Viegas

Se liga, chamam de centralismo democrático. Mas o que é encenado, camarada, não é democracia - é mais um teatro.

O roteiro já vem pronto de cima e o palco é sempre o mesmo: um grupo manda e outro assiste. A consulta à base é mera formalidade, o debate é figurino, atropela e teme a discordância, e o resultado... previsível como monólogo encenado por veteranos em fim de carreira.

As organizações de inspiração bolchevique aprenderam muito com os sovietes - exceto a escutar a classe (e talvez isso fosse o essencial).

Em nome da linha justa, controlam até as pausas dramáticas da sua fala, administram as diferenças como se fossem conflitos, reprimem a dúvida como um problema e não como a pedra que amola o fio do machado.

Quem questiona é caracterizado antes do debate político "louco", "desviacionista", "sem leitura suficiente". Sem nem debater as críticas.

É proibido ler literatura e correlacionar com marxismo, é proibido ler autores não marxistas e correlacionar com marxismo, é proibido ouvir uma música preferida e correlacionar com marxismo, é proibido aprender com o conhecimento de uma religião e correlacionar com marxismo. O certo é só ler Marx e Lênin e o terceiro de sua tendência: e por esse critério Marx e Lênin nunca seriam bons marxistas...

O Comitê Central tem sempre razão - e o militante crítico, raramente voz. Se esquecem que até Lênin perdeu pro comitê central e foi pra base, falar o que achava correto...

Democracia vira palavra de efeito, dessas que se diz no início da reunião, antes de começar o espetáculo real. Quem ousa improvisar, logo é lembrado de seu lugar na hierarquia: mera plateia.

Mas a Revolução não é peça de teatro, camarada. A transformação real exige gente viva, gente que erra muito mesmo, pensa, contesta, mas sempre reconstrói, germina a semente da luta por onde passa.

Quantos camaradas já não saíram no meio do espetáculo? Muitos não por falta de fé na revolução, mas por cansaço de uma encenação sem fim.

É hora de parar de repetir fórmulas que não cabem mais na panela da história.

Queremos um marxismo que cozinhe com outros temperos. Um marxismo com dendê, com tucupi, com café preto forte e garapa de feira.

Um marxismo antropofágico, que devore as tradições autoritárias, que incorpore as vozes das periferias, das quebradas, das florestas e quilombos.

Um marxismo feito por mãos coletivas, que aprenda com a oralidade, com os tambores, com os terreiros e com a luta concreta da nossa gente.

Bolchevique, sim, mas sem confundir centralismo-democrático com mera centralização autoritária, com centralismo-burocrático.

Porque a verdadeira democracia revolucionária não se ensaia - se vive.

Descer do palco. Rasgar o *script*. Cozinhar outra história. É disso que precisamos, camarada. ■

Conflito fundiário

Família Caiado e Governo de Goiás expulsam 400 famílias no Entorno do DF

Érico

Em Santo Antônio do Descoberto, município goiano no Entorno de Brasília, quatrocentas famílias sofrem perseguição da família do Governador Ronaldo Caiado devido uma extensão de terras que abriga cerca 1,6 mil pessoas. A disputa judicial pelas terras do povoado Antinha de Baixo iniciou em 1945 quando um herdeiro de Francisco Apolinário Viana, buscou regularizar parte das terras. Quatro décadas depois, em 1985, três pessoas: Maria Paulina – que foi casada com Emival Ramos Caiado, tio do atual governador goiano –, Luiz Soares de Araújo e Raul Alves de Andrade Coelho, familiares de Francisco Apolinário; o trio em posse de documentos falsos, ingressaram no mesmo processo, alegando serem herdeiros de Apolinário Viana. A alegação dos documentos falsos vem dos atuais moradores do povoado. Pela justiça goiana, o trio conseguiu a posse da terra e a determinação para a desocupação da área, que só passou a ocorrer em 2014 devido a resistência dos moradores.

Um agravante que demonstra a fragilidade da justiça burguesa e do domínio da família Caiado sobre disputas políticas, perseguição e conflitos fundiários em Goiás, foi a presença do filho de Maria Paulina, Breno Boss Caiado, (primo do governador Ronaldo Caiado) atuando diretamente no caso até 2023, antes de ser designado desembargador pelo governador Caiado.

O desalojo de 32 famílias iniciou no dia 04 de agosto e contou com inúmeras máquinas, caminhões e viaturas da polícia militar goiana, demonstrando a influência da família Caiado sobre as forças policiais e de certo domínio do aparato estatal. Esta cena ostensiva contra o povoado nos mostra a forma como o Estado age contra famílias pobres nos conflitos fundiários, sendo isso apenas uma pequena exibição do que há de muito mais truculento e violento nas forças policiais.

Após pedido de reconhecimento da região como um território quilombola, em 26 de junho por parte das famílias residentes, o ministro e vice-presidente Edson Fachin, determinou a suspensão das desocupações.

Prestamos nossa solidariedade aos moradores de Antinha de Baixo e reforçamos a necessidade da luta combativa contra o latifúndio, os "neo-coronéis" e contra o Estado que permite, reforça e intensifica conflitos contra populações vulneráveis e humildes, a fim de liquidá-las. ■

APOIO MÚTUO:

Caminho da Organização do Povo Pobre

Jiren D.

A crise econômica, os cortes de direitos, a carestia dos alimentos, o aluguel alto, o desemprego e a precariedade de vida causados pelo neoliberalismo jogam diariamente as massas populares no desespero da sobrevivência. Diante dessa miséria cotidiana, o povo, desorganizado e abandonado, tem buscado onde pode alguma forma de resistência e suporte — nas igrejas, nos partidos, nas ONGs, ou mesmo nos aparatos mínimos do Estado. São tentativas de garantir o básico: uma cesta básica, um auxílio emergencial, um psicólogo gratuito, uma creche para deixar o filho, uma passagem, um favor qualquer para não sucumbir.

Nas periferias, o crescimento vertiginoso das igrejas evangélicas se explica muito menos por questões teológicas e muito mais por sua função social direta. É na igreja que se consegue uma indicação de emprego, um pacote de arroz, um ombro amigo. O pastor assume, para muitos, o lugar do psicólogo, do conselheiro, do irmão. Isso não se dá por acaso — preenche um vazio, o vácuo deixado pela ausência de um projeto de organização popular real e cotidiano.

No entanto, esse papel de apoio direto às massas já foi cumprido, em outros momentos históricos, pelos próprios movimentos socialistas e revolucionários. O avanço do movimento operário no século XIX só foi possível porque se enraizou na vida concreta da classe trabalhadora. Inspirado nas ideias mutualistas de Joseph Proudhon, o proletariado organizava sociedades de apoio mútuo, criava caixas de solidariedade para grevistas, fundava creches operárias, escolas populares, cooperativas de produção e consumo. Foi a força dessas práticas de apoio mútuo que sustentou greves, ocupações e a própria cultura política da classe.

Essas experiências foram tão fortes que o Estado burguês foi forçado a copiá-las, criando suas estruturas previdenciárias e assistencialistas para conter o impulso autônomo do povo. Não por generosidade, mas para impedir que o povo construísse suas próprias soluções.

Foto: Muritão de construção de casas em Fortaleza (CE) no final dos anos 1980.

Hoje, com o povo jogado na miséria, com a esquerda institucional mergulhada em disputas eleitorais e dogmatismos acadêmicos, o retorno ao apoio mútuo não é uma nostalgia, mas uma necessidade. É preciso recomeçar do começo: IR AO POVO. Precisamos construir redes de apoio mútuo enraizadas nas realidades concretas das categorias precarizadas e dos bairros periféricos. Essas redes devem garantir alimentos, apoio psicológico, creches populares, formação política, geração de renda através de cooperativas, atendimento jurídico, espaços culturais autônomos.

O apoio mútuo não é caridade, é ferramenta de organização. Não é só ajuda, é construção coletiva. É a base material para formar confiança, para reerguer a dignidade e construir laços sólidos de comunidade. Quando uma rede de apoio ajuda um trabalhador desempregado com alimentos e escuta, ela abre espaço para diálogo, organização e luta. Quando uma cooperativa de bairro começa a funcionar com autogestão, ela ensina que não precisamos de patrões para produzir. Quando um espaço autônomo acolhe crianças com afeto e educação crítica, estamos formando novas gerações de lutadores populares.

Se quisermos fazer frente à influência do assistencialismo religioso, das ONGs de fachada e dos partidos que só aparecem em época de eleição, é preciso retomar o caminho da ação direta. Um caminho onde o povo constrói com suas próprias mãos as soluções para seus problemas. Assim como os zapatistas em Chiapas no México, que construíram redes autônomas de saúde, educação e produção sob a lógica do apoio mútuo, ou como os anarquistas gregos que, em plena crise de 2008, organizaram ocupações que acolhem imigrantes e oferecem comida, escola e abrigo, também nós, no Brasil, devemos construir a autonomia a partir do apoio mútuo, essas ações mutualistas independentes devem ser fundidas a luta reivindicativa combativa e independente e essa união pode ser uma forma reconstruir a organização de base das massas populares com a cara e o jeito das massas populares do Brasil, se afastando do doutrinarismo burguês e da polarização burguesa de Lula e Bolsonaro e se centrando na método materialista de mobilização. ■

Pela construção de redes de apoio mútuo nos bairros populares!
Pela organização de rede solidarias em categorias precarizadas!
Por uma ação direta que una solidariedade e luta reivindicativa!

Vamos às favelas, aos bairros, às ocupações, aos becos e vielas. Vamos construir com o povo, e não apenas para o povo...

EXPEDIENTE | Editor Geral: Antonio Galego | Editores: Aurora, Érico e Jiren D. | Colaboraram: Maradona e Pedro P. Viegas (DF) | Tiragem: 500 exemplares | Impressão: DF | Distribuição: Brasil | Periodicidade: Trimestral

SIGA A NOSSA PÁGINA NO INSTAGRAM: @libertacao.popular